

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 29 a 30/03 – Sessão deliberativa

Ainda não consta na pauta da semana, mas poderá ser incluída na deliberativa a PEC 63/2013, que acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências. Até o momento, já foram apresentadas 9 emendas à matéria, todavia, 4 ainda aguardam apoio dos senadores.

Dentre as matérias já pautadas, destacam-se:

- PL 634/2022, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para modificar procedimentos relativos à alienação parental.
- PL 6554/2019, que Altera a Lei nº 11.664/2008, para dispor sobre a atenção integral à mulher na prevenção dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal.
- PLC 115/2017, que dispõe sobre a impenhorabilidade de bens de hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia.
- PL 6568/2019, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a garantia de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada aluno.
- PL 675/2021, que altera as penas dos crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria), levando-se em conta os crimes desta natureza cometidos através de meios de comunicação em massa.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

<p>Comissão de Juristas para elaboração de anteprojetos de modernização do Processo administrativo e tributário – 30/03 – 10h</p>
--

Audiência pública para receber sugestões da sociedade civil para o aperfeiçoamento dos trabalhos da comissão. Entre os convidados está José Roberto Pimenta, Procurador da República, Professor de Direito Administrativo na PUC/SP e Presidente do Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN).

<p>CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>

<p>Plenário – 22 a 24/03 – Sessão deliberativa</p>

Em sessão marcada para a próxima terça-feira (29), o Plenário da Câmara dos Deputados pode votar a PEC 18/2021, que constitucionaliza regras de financiamento mínimo de campanhas de mulheres. Aprovada na última quarta-feira (23) na comissão especial, a proposta do Senado Federal introduz na Constituição regras previstas na Lei das Eleições, na Lei dos Partidos Políticos e em entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Também constam na pauta:

- PL 4251/2021, que institui o Programa Nacional de Proteção e Apoio à Mulher vítima de violência doméstica ou familiar (PROMULHER).

- PL 3662/2021, que transforma cargos vagos das carreiras de auxiliar Judiciário e de Técnico Judiciário em cargos vagos da carreira de Analista Judiciário no Quadro Permanente da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

GT do estatuto da vítima – 29 e 30/03, às 14h30
--

Grupo de Trabalho da Câmara que analisa o PL 3890/20 (estatuto das vítimas) se reúne nesta terça e quarta-feira (29 e 30), às 14h30, para discussão e votação do parecer do Dep. Gilberto Nascimento (PSC/SP).

Para acessar o parecer do relator, [clique aqui](#).